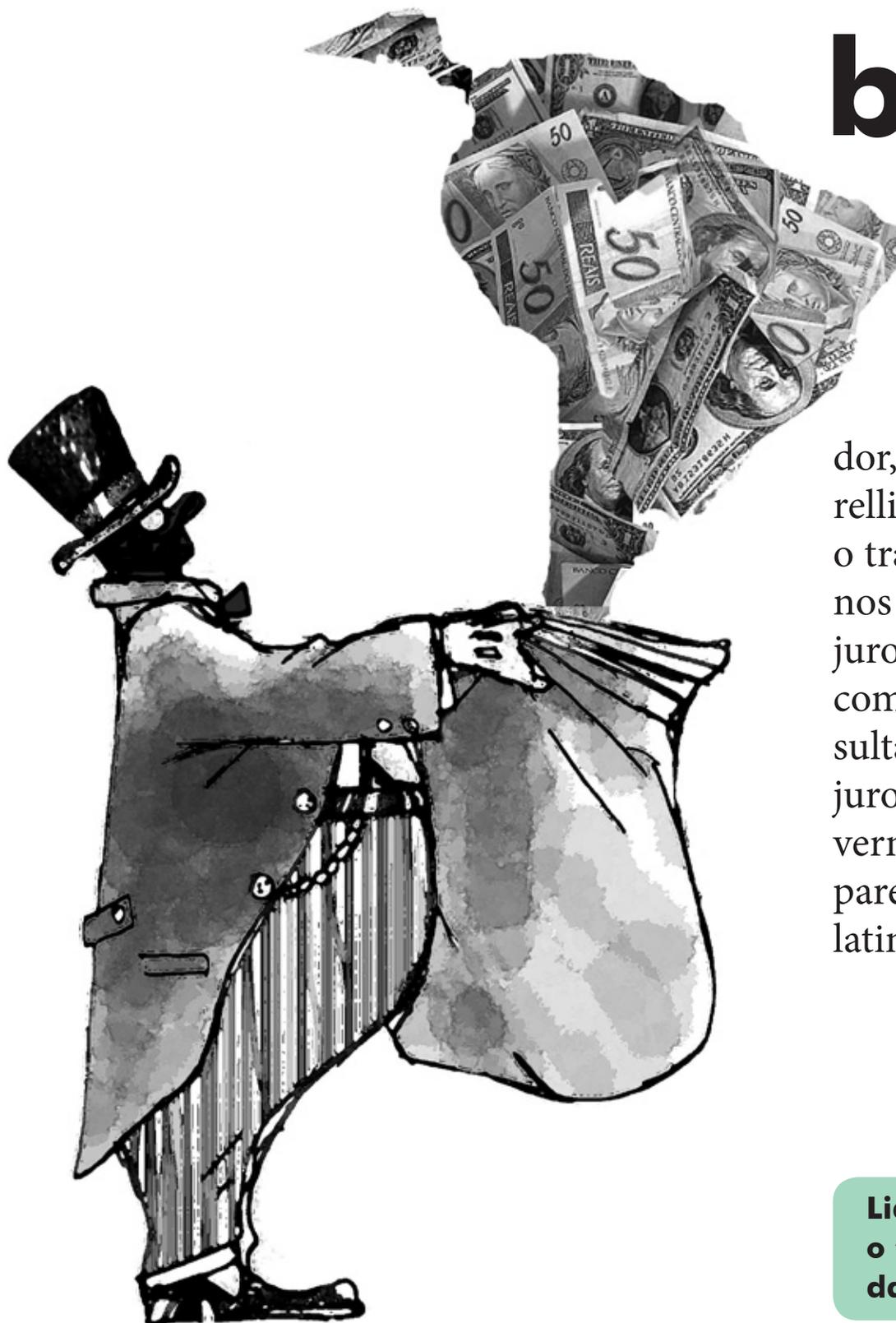


Endividamento na berlinda



Integrante da equipe técnica que auditou a dívida do Equador, a brasileira Maria Lucia Fattorelli detalha em entrevista exclusiva o trabalho que levou os equatorianos a suspender o pagamento dos juros dos Bonos Global. E revela como naquele país a dívida é resultado de sucessivas conversões, juros escorchantes e políticas governamentais criminosas, situação parecida com a das demais nações latino-americanas.

Lia Valls alerta em artigo para o "novo/novo protecionismo" das nações desenvolvidas

editorial

Riscos e oportunidade para 2009

■ O ano de 2009 teve início com a confirmação da reversão do quadro de relativo crescimento econômico interno, característico dos últimos anos.

Os dados sobre a produção industrial nos meses de outubro e novembro do ano passado – com uma queda acumulada de quase 8% – apontam para uma retração do PIB no último trimestre de 2008.

Esta reversão encontra-se diretamente vinculada à mudança da conjuntura internacional, que desde o segundo semestre de 2007 já se esboçava. Desde aquele ano, já havíamos experimentado uma forte inflexão na trajetória ascendente das nossas contas externas, em particular nos resultados das transações correntes. Em 2005 e 2006 tivemos saldos positivos correntes com o exterior, respectivamente, de US\$ 14 e US\$ 13,6 bilhões.

Em 2007, esse resultado positivo já havia se reduzido dramaticamente, para apenas US\$ 1,7 bilhão.

Com a evidência dos resultados mais contundentes da crise financeira e econômica mundial, as conseqüências sobre nossas contas externas se farão sentir ainda mais, e os reflexos internos serão inevitáveis.

É dentro deste contexto que recomendamos a leitura do importante artigo da professora Lia Valls, abrindo esta edição do *JE*, sobre a Crise e o Protecionismo Multilateral, onde se destaca o retrospecto recente das políticas protecionistas, sob novas roupagens, e francamente utilizadas por países de economias mais desenvolvidas.

Mas, como toda crise trás em seu bojo novas oportunidades, destacamos principalmente a entrevista com Maria Lúcia Fattorelli, auditora fiscal da Receita Federal do Brasil, Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, e membro formal e ativa da Comissão que trabalhou na auditoria das dívidas interna e externa do Equador, levada à frente pelo governo de Rafael Correa, e recentemente concluída.

Trata-se de um depoimento absolutamente relevante, pois joga luzes sobre um processo nebuloso e extremamente pernicioso aos interesses dos nossos povos, representado pela longa história do endividamento de todos os países da América Latina, e não apenas do Equador – e inúmeras vezes induzido pela ação de bancos e países dominantes.

É uma entrevista, também, que esclarece uma série de informações de má qualidade e facciosas, veiculadas por grupo empresarial de comunicações do nosso país, com o claro objetivo de confundir a opinião pública e evitar que processo semelhante seja adotado pelo Brasil, conforme o que determina a própria Constituição Federal.

Destacamos, também, neste número do *JE*, as respostas que fomos buscar junto aos prefeitos dos mais populosos municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro, sobre iniciativas nas áreas de saúde e educação. Os prefeitos eleitos de Caxias e S. Gonçalo nos respondem, e na próxima edição traremos as posições dos prefeitos de Nova Iguaçu e da própria cidade do Rio de Janeiro.

Tenham uma ótima leitura. 

SUMÁRIO

3 Lia Valls
Crise e o protecionismo multilateral

5 Carlos Henrique Tibiriçá Miranda
Atos e leis de exceção Nunca Mais!



7 Entrevista - Maria Lucia Fattorelli
“A história do endividamento comercial equatoriano é muito parecida com a do brasileiro e a dos demais países latino-americanos”

11 São Gonçalo e Duque de Caxias
Ações dos novos prefeitos nas áreas de educação elementar e saúde

13 Thiago Marques
O Legislativo Estadual é autônomo e independente?

14 Fórum Popular do Orçamento
O fim da picada?

16 Inscrições para o Prêmio de Jornalismo Econômico

Resultados finais da Anpec

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

JE JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, Gisele Rodrigues, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha, Ruth Espinola Soriano de Mello e Sidney Pascotto da Rocha • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro • **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 2437-2960) - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cássio Loredano • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Paulo Sergio Souto
Conselheiros Efetivos: 1º terço (2008-2010): Reinaldo Gonçalves, Ruth Espinola Soriano de Mello, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2006-2008): Gilberto Caputo

Santos, Edson Peterli Guimarães, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2007-2009): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascotto da Rocha, José Antonio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2008-2010): Arthur Camara Cardozo, Luiz Mario Behnken, Regina Lúcia Gadioli dos Santos – 2º terço (2006-2008): Antônio Augusto de Albuquerque Costa, José Fausto Ferreira – 3º terço (2007-2009): Angela Maria de Lemos Gelli, Sandra Maria Carvalho de Souza, Rogério da Silva Rocha.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535
Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascotto da Rocha • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto da Rocha • **Secretários de Assuntos Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Abrahão Oigman, Antônio Melki Júnior, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, Paulo Sergio Souto, Ronaldo Raemy Rangel e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Diretores de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.



Crise e o protecionismo multilateral

■ Lia Valls Pereira*

No ano de 1930, o Congresso dos Estados Unidos aprovou o aumento das tarifas de importações, o *Smoot-Hawley Act*. A elevação generalizada das tarifas de importações, acima de 60% em muitos casos, atendeu a demanda por proteção dos setores agrícolas e industriais que viam as importações como um fator agravante da recessão, iniciada em 1929. A resposta dos parceiros comerciais foi igual. Elevação de tarifas, barreiras não tarifárias e desvalorizações competitivas se espalharam no mundo. O resultado foi uma queda no comércio mundial. Em 1934, o Congresso aprovou o *Reciprocal Trade Agreement* que permitiu negociações para a redu-

ção recíproca de tarifas com os parceiros dos Estados Unidos.

O segundo choque do petróleo e o uso de uma política monetária restritiva para controle da inflação no final da década de 70 levaram a uma recessão nos Estados Unidos com efeitos mundiais. A demanda por medidas protecionistas volta. Nos Estados Unidos, o aumento da taxa de juros é acompanhado por uma valorização do dólar que resulta no acúmulo de déficits na balança comercial. Elevação generalizada de tarifas e cotas de importações eram proibidas pelo GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio). Em adição, a experiência da década de 30 havia mostrado que o protecionismo generalizado deveria ser descartado. A resposta foi o “novo protecionismo”.

No lugar de tarifas, barrei-

ras não tarifárias como os acordos voluntários de restrição às exportações e a proliferação de investigações sobre práticas desleais (medidas antidumping e direitos compensatórios, subsídios). O Brasil foi o país com o maior número de investigações sobre direitos compensatórios na primeira metade da década de 80, associado às exportações de produtos siderúrgicos para os Estados Unidos. As medidas deixam de ser aplicadas multilateralmente e discriminam a origem das importações. As exportações japonesas como automóveis e os produtos das novas tecnologias (aparelhos eletro-eletrônicos, semicondutores, por exemplo) e manufaturas dos novos países industrializados (produtos siderúrgicos, têxteis e vestuário) foram os principais alvos

do novo protecionismo. Tentativa de iniciar uma rodada de negociações multilaterais foi iniciada em 1982 sem sucesso. Somente em 1986, foi deslançada a Rodada Uruguai que terminou em 1994. No campo das medidas de proteção comercial, o que foi obtido?

Na área de investigações sobre práticas desleais há uma melhora na definição dos procedimentos administrativos a serem seguidos. Além disso, são definidos os subsídios que são proibidos, permitidos e acionáveis. Essa classificação, objeto de controvérsias, se refere apenas aos produtos industriais, pois as negociações agrícolas seguem uma metodologia própria. No entanto, há um razoável grau de liberdade na estimativa das margens de subsídios e *dumping*. Essas medidas são uma das principais

questões presentes nas disputas no âmbito do mecanismo de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC). No final da década de 90, por exemplo, por ocasião do término dos acordos voluntário de restrição às exportações de produtos siderúrgicos (o acordo da OMC), os Estados Unidos passaram a considerar no cálculo das margens de subsídios, “a herança da ajuda estatal nas empresas siderúrgicas privatizadas”. Tentativa essa que abrangia empresas de países em desenvolvimento e dos países europeus, como a Inglaterra. A reação e a percepção que iriam perder no painel sobre solução de controvérsias fizeram os Estados Unidos recuarem. A disciplina da OMC fez o número de investigações sobre subsídios cair. Em compensação cresceu o número de processos sobre dumping, em especial nos momentos de crise.

Os dados da OMC abrangem o período de 1995 a janeiro/junho de 2008. Em 2001, o número de investigações chegou a 366 e, depois, caiu. A Índia seguida dos Estados Unidos é o país que mais abre investigações. No ano de 2007, o número total de investigações foi de 164, sendo 47 processos abertos pela Índia e 28, pelos Estados Unidos. Nesse mesmo ano, o Brasil abriu 13 processos (13º lugar). Na avaliação dos dados consolidados em todo o período de 1995 a 2008, o Brasil ocupa o quarto lugar. O principal país alvo das investigações é a China ao longo do período. No primeiro semestre de 2008, foram iniciadas 85 investigações, sendo 37 (43,5%) das investigações sobre as exportações chinesas. O Brasil está em 10º lugar com duas investigações.



Acordos voluntários de restrição às exportações estão proibidos. No entanto, crescem as barreiras não tarifárias justificadas por medidas de segurança sanitária, ambiental e, mesmo, de segurança nacional (Lei do Bioterrorismo dos Estados Unidos de 2002 atribuiu ao FDA, *Federal Drug Administration*, a responsabilidade de salvaguardar a cadeia de suprimento dos alimentos consumidos no país contra potenciais atos de terrorismo, o que requer o cumprimento de um conjunto amplo de medidas pelos exportadores de alimentos para os Estados Unidos).

É possível repetir 1930 ou a década de 80, no âmbito multilateral? Protecionismo generalizado via aumento de tarifas, em termos de países e setores, é passado. Os membros da OMC, países desenvolvidos e grande parte dos países em desenvolvimento, em especial os latinos, consolidaram suas tarifas na OMC. Isso quer dizer que não podem aumentá-las acima da tarifa que informaram, a não ser em situações excepcionais (cláusulas de salvaguardas que estão associadas à presença de um surto de importações). No entanto, existe um vasto campo para a introdução de barreiras não tarifárias. Pacotes de ajudas especiais a setores, como o automobilístico nos Estados Unidos, podem se constituir em subsídios que dis-

torcem os fluxos de comércio. Não se discute aqui a opção por esse programa de assistência, apenas é ressaltado que esse pode ser entendido como uma forma de barreira não tarifária. Em adição, os incentivos podem influenciar as estratégias das empresas multinacionais quanto à locação de seus investimentos. A China também tem anunciado medidas para assegurar suas exportações.

A crise coincide com o fracasso da Rodada de Doha. As razões não estão associadas ao momento da economia mundial. No entanto, mostram as dificuldades dos países negociarem um setor, no caso agrícola, tendo como referência o contexto multilateral. O governo brasileiro, entre outros países, indicou a importância de um término da Rodada. Seria um sinal que a crise não seria respondida por um “protecionismo predatório”.

O “novo/novo protecionismo” poderá acirrar o uso das barreiras não tarifárias comerciais, como as investigações sobre dumping e outras medidas da área cinzenta (barreiras técnicas, medidas fitossanitárias e ambientais, por exemplo). O não desfecho da Rodada de Doha poderá levar ao aumento do protecionismo através de programas de apoio a renda agrícola. No entanto, o novo elemento seria a “competição” via programas de ajuda financeira para preservar os setores domésticos e garantir os mercados de exportações.

Programas de ajuda aos setores domésticos são opções soberanas dos países e importantes nos momentos de crise. No entanto, um dos temas da pauta da OMC são os subsídios que podem criar vantagens comparativas “especiais”. O Brasil te-

ve que reformular o seu programa de equalização da taxa de juros utilizado no financiamento das exportações da EMBRER, que foi interpretado como um subsídio pelo painel de solução de controvérsias da OMC. Na guerra dos subsídios são os países em desenvolvimento que tendem a perder, pois possuem menos recursos. Logo, o objeto é o de chamar a atenção para que os pacotes de ajuda setoriais não se perpetuem e passem a constituir novas formas de protecionismo. A fragilidade da OMC é um fato nesse momento. E, demandas por disciplina são difíceis em momentos de crise, na ausência de um organismo multilateral forte.

Por último, **é pouco provável que os setores industriais brasileiros sejam um dos principais alvos de medidas protecionistas tradicionais por parte dos Estados Unidos ou da União Européia, como na década de 80.** A ameaça se existe deverá partir dos parceiros do Mercosul, principalmente a Argentina, que negocia exceções ao livre comércio intra-regional em momentos de crise. A questão principal para o desempenho das exportações brasileiras depende é o crescimento da demanda mundial. A queda dos preços das commodities (mercado da China e europeu) e a redução do nível de atividade nos Estados Unidos e nos países em desenvolvimento (compradores de manufaturas brasileiras) sugerem um cenário de baixo crescimento das exportações. 

* Economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas e Professora Adjunta da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Atos e leis de exceção NUNCA MAIS!

■ Carlos Henrique Tibiriçá Miranda*

1968 foi o ano das lutas de maio na França, da invasão da Tchecoslováquia e da escalada americana no Vietnã e a heróica resistência do seu povo, que acabou por derrotar a maior potência militar do planeta. Também no Brasil foi um ano de lutas, ebulição cultural e comportamental.

Em função disso, na passagem dos 40 anos de 1968, surgiram vários livros e artigos analisando esses momentos. No Brasil, 1968 termina com a edição do AI-5, recrudescendo a ditadura instalada em 1964, com o cerceamento total dos mais elementares direitos e das liberdades públicas. Um dos signatários desse documento,

Jarbas Passarinho, que em sua declaração de voto mandou às favas os escrúpulos de consciência, publicou kafkiano artigo no *Jornal do Brasil* de 16/12/08, defendendo o ato arbitrário e, na prática, responsabilizando as vítimas do arbítrio pelos atentados à democracia acobertados por aquele novo ato de exceção.

Passarinho argumenta que de 1964 até o AI-5 o Brasil vivia um governo que manteve as liberdades fundamentais, mantidas inclusive nos dois primeiros anos do governo Costa e Silva. Esta afirmação não resiste aos fatos.

A derrubada de um governo constitucional se deu sob as falsas justificativas de que o Brasil vivia inflação galopante, dívida externa descontrola-

da (apenas US\$ 3 bilhões), corrupção endêmica e ameaça da implantação de uma república sindicalista.

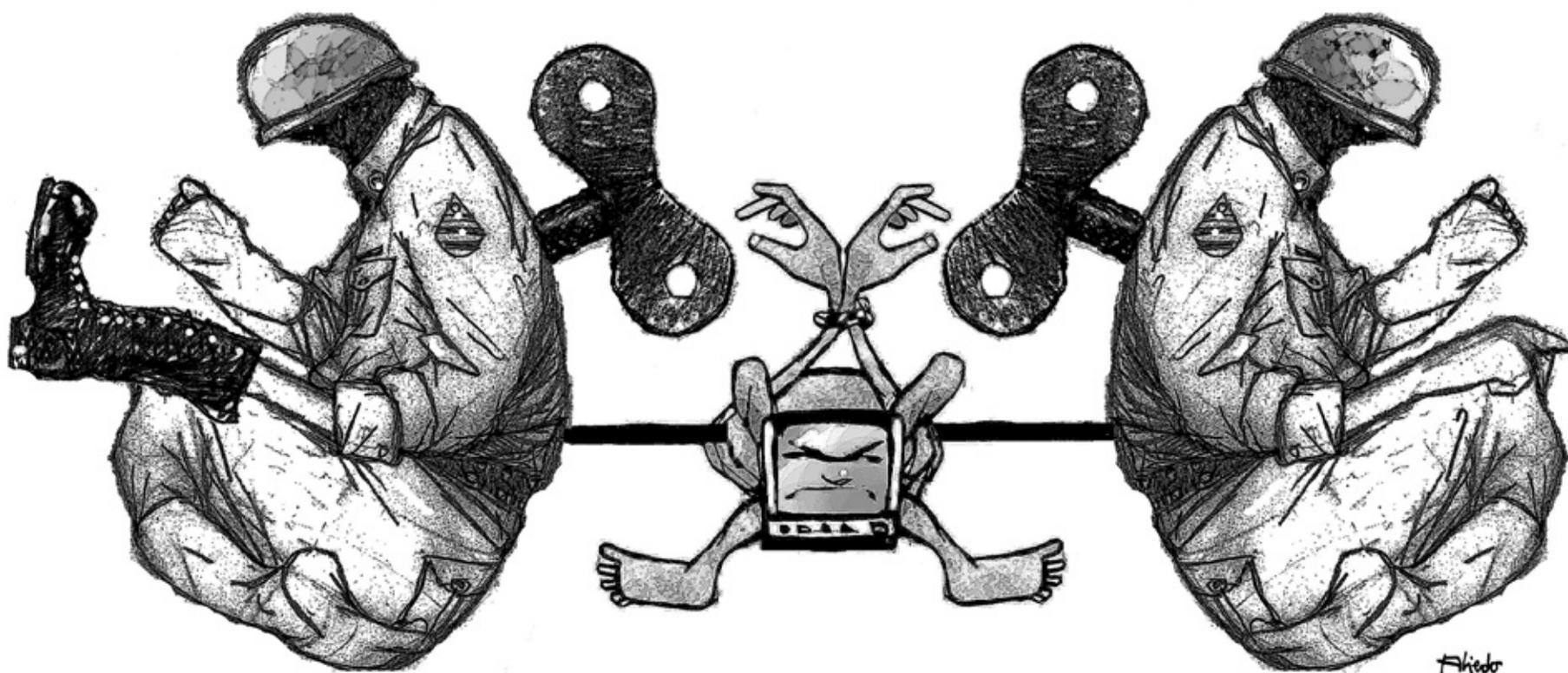
Depois de vinte anos de ditadura, a inflação e a corrupção não foram debeladas, a dívida cresceu exponencialmente, e a realidade mostrou que estávamos distante de um regime controlado pelos sindicatos.

Sob estes pretextos, nos primeiros dias de regime militar, a sede da UNE e da UBES, na praia do Flamengo, foi metralhada e incendiada; pouco depois, estas e as demais entidades estudantis foram fechadas por decreto; o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), as Ligas Camponesas, o Pacto de Unidade e Ação (PUA), colocadas na ilegalidade e todos os seus di-

rigentes, das mais diversas ideologias, perseguidos, pessoalmente caçados e cassados em seus direitos políticos.

Os militares logo preparam o caminho para a autoperpetuação: Juscelino Kubitschek, candidato às eleições de 1965, é cassado no último dia de vigência do primeiro Ato Institucional e deixa o país para um longo exílio; paulatinamente as lideranças civis do golpe — Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Ademar de Barros — são atingidas. As eleições presidenciais de 1965 são canceladas.

Em 1966 as vitórias de Negroni de Lima e de Israel Pinheiro nas eleições estaduais na Guanabara e em Minas Gerais foram consideradas inaceitáveis pelo regime que, em resposta



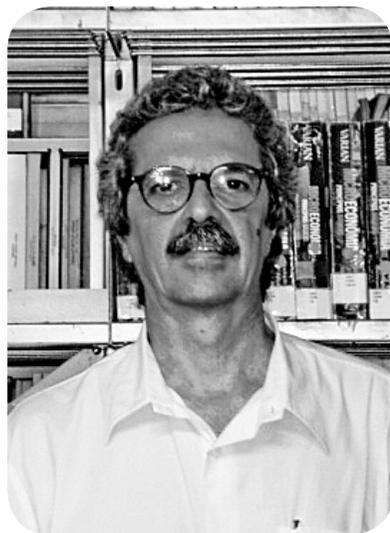
edita o AI-2 fechando todos os partidos políticos e criando um bipartidarismo artificial com a Arena e o MDB.

O fechamento do restaurante do Calabouço gera protestos. A violência policial acaba por assassinar Edson Luiz de Lima Souto. Seu velório reúne uma multidão, na primeira manifestação de vulto contra o regime militar. O enterro se transforma em passeata desde a Cinelândia até o cemitério S. João Batista e sua missa de sétimo dia foi duramente reprimida. Não obstante, prosseguiu a repressão às manifestações estudantis. Realiza-se a famosa Passeata dos Cem Mil onde a resistência à ditadura recebe a adesão de setores que inicialmente haviam apoiado o golpe. No final do ano, no XXX congresso da UNE, em Ibiúna, as principais lideranças estudantis são fichadas e encarceradas. Este é o Brasil que Jarbas Passarinho classifica como pleno de liberdades fundamentais, civis e políticas. Como não ficamos comportados e subservientes, baixaram o Ato 5.

O golpe militar de 1964, desfechado com o hoje comprovado apoio dos EUA na operação "Brother Sam", foi o primeiro de muitos que acabaram por eliminar as liberdades em todo o continente.

A resistência ao arbítrio cresceu e levou os militares a editarem o AI-5 — um golpe dentro do golpe. Como em 1964, os argumentos para tal atitude vão do ridículo ao cinismo declarado. Passarinho cita o discurso do combativo deputado Marcio Moreira Alves dizendo que reagiram à calúnia, uma vez que o congresso não autorizou o processo de cassação de Marcio. Diz ainda que "o Ato evitou a vitória de guerrilheiros comunis-

tas ou um Vietnã no quintal dos americanos", esta frase demonstra o seu alinhamento e subserviência aos irmãos do norte. Era apenas a recauchutagem da frase de Juraci Magalhães ("o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil").



A partir daí, aumentam a censura. Nas redações, militares censuravam previamente o que seria publicado. No *auge* do governo Médici, até os conservadores Estado de São Paulo e Jornal da Tarde, que incentivaram o golpe, são censurados. O ministro da Justiça Alfredo Buzaid expede ordem de prisão contra a "perigosa" Leila Diniz, a patota do Pasquim é encarcerada, artistas como Gilberto Gil e Caetano são presos. Alguns artistas são enviados ao exterior com a passagem só de ida. Teatros são atacados. O ex-deputado Rubens Paiva é levado de sua casa por agentes da repressão e nunca mais foi visto, passando a ser mais um "desaparecido" da lista publicada no livro "Brasil: Nunca Mais". Foi montado um aparato de repressão à margem das próprias leis arbitrárias da ditadura, — a OBAN e os DOI-CODIs —, que torturou, matou brasileiros de várias ide-

ologias sob custódia do estado.

Apesar de tudo isto, a resistência existia e crescia cada vez mais em defesa das liberdades democráticas, pelo fim dos Atos e leis de exceção, pela anistia ampla, geral e irrestrita e por uma Constituinte livremente convocada. Os aliados do regime impedem as "Diretas", mas a transição acaba sendo feita no Colégio Eleitoral onde Tancredo derrota Maluf.

Na resistência à ditadura, que congregou militantes de várias ideologias, foram utilizadas diversas formas de luta, desde a resistência armada até a ida ao colégio eleitoral. Liberais, religiosos, comunistas, socialistas, nacionalistas, democratas entre outros se postaram na luta contra o arbítrio, as torturas, e pela democracia.

Na passagem dos 40 anos do AI-5, alguns, além de não terem feito oposição na época, atacam-no apenas formalmente, inventando desculpas para sua decretação. Como sempre, ressuscitam o mofado argumento da ameaça comunista. Entre estes se encontra o jornal O Globo, que em suas matérias questionou o posicionamento de entidades civis diante do arbítrio, esquecendo de analisar o seu próprio papel em apoio à ditadura. O Globo só noticiou a

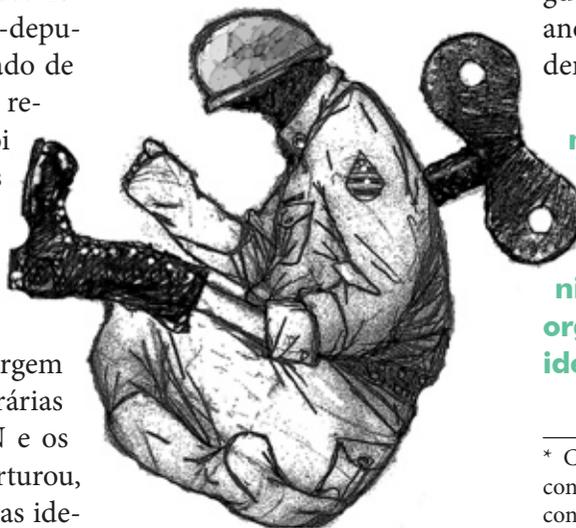
luta das Diretas quando não era mais possível esconder a mobilização nacional.

Outros, mantendo a coerência, defendem até hoje, o ato arbitrário, a exemplo do artigo do ex-ministro Jarbas Passarinho. Agem como na fábula de La Fontaine, acusando suas vítimas ou quem sabe seus ancestrais de "sujarem suas águas". Lamentáveis também são declarações de alguns ex-líderes estudantis da época, que alimentam estes setores do finado regime alegando que lutávamos contra uma ditadura para implantar outra.

A maioria da população, no entanto, lutou e luta para que estes fatos de triste memória nunca mais se repitam em solo brasileiro. O espaço cultural da Caixa Econômica no Rio de Janeiro fez a exposição "AIs Nunca Mais !!!!". A democracia exige a abertura dos arquivos da ditadura e o esclarecimento dos fatos que levaram centenas de brasileiros à morte, bem como o paradeiro dos desaparecidos. Nada e muito menos desculpas esfarrapadas justificam a longa noite de terror que se abateu no Brasil por duas décadas.

Hoje, não há grupos recorrendo à luta armada como forma de resistência e luta. Ir a Cuba, organizar entidades estudantis e sindicais não leva ninguém à cadeia, como naqueles anos de trevas. Podemos lutar dentro da democracia.

Devemos permanentemente garantir a vigência das mais amplas liberdades, para que o nosso povo opine, manifeste suas diferenças, se organize e expresse suas idéias sem correr riscos. ☺



* Carlos Henrique Tibiriçá Miranda é conselheiro do Corecon-RJ e do Cofecon e diretor da ASFGV

“A história do endividamento comercial equatoriano é muito parecida com a do brasileiro e a dos demais países latino-americanos”



Convidada pelo Presidente Rafael Correa para participar da equipe de técnicos que fez uma auditoria minuciosa da dívida pública do Equador, a brasileira Maria Lucia Fattorelli esmiúça nesta entrevista exclusiva as conclusões do trabalho que levou o governo daquele país a suspender em novembro o pagamento dos juros dos Bonos Global. A auditoria mostrou que a dívida externa comercial equatoriana é fruto de sucessivas conversões equivocadas de uma mesma dívida que foi crescendo em função da alta de juros internacionais. Em alguns casos, constou-se que os recursos nem chegaram a entrar no país e que autoridades governamentais abriram mão de direitos do Equador em benefício da banca internacional.

No Brasil, a Câmara dos Deputados criou em 8 de dezembro uma CPI para investigar a dívida pública da união, estados e municípios. Agora é preciso que os líderes dos partidos indiquem, no início do ano legislativo, seus representantes na CPI. Auditora fiscal da Receita Federal desde 1982, Maria Lucia coordena a Auditoria Cidadã da Dívida, organização brasileira criada com o objetivo de dissecar o processo de endividamento do nosso país.

P: Recentemente o Equador criou uma comissão e realizou uma auditoria de sua dívida pública. Quais os principais resultados encontrados por esta comissão, da qual você fez parte?

R: O Presidente Rafael Correa Delgado criou, mediante Decreto Executivo nº 472, de julho

de 2007, uma comissão para realizar a auditoria integral de sua dívida pública interna e externa. Considero que essa foi uma decisão soberana das mais importantes da história da América Latina nos últimos tempos, pois significa a retomada da soberania e a busca da verdade sobre o

endividamento público, centro dos problemas nacionais.

Esse trabalho gerou um desafio imenso, pois o decreto presidencial determinou a realização de uma auditoria dos últimos 30 anos do processo de endividamento equatoriano, envolvendo a investigação de aspectos fi-

nanceiros, contábeis, jurídicos e também seus impactos sociais e ambientais. Considerando que teríamos apenas um ano para realizar essa tarefa, a comissão foi subdividida em sub-comissões que se dedicaram especificamente a cada tipo de endividamento: Multilateral (dívida externa con-

tratada com FMI, Banco Mundial, Corporación Andina de Fomento e outros organismos multilaterais); Bilateral (Dívida entre o Equador e outros países ou bancos públicos de outros países); Comercial (dívida contratada com bancos privados internacionais) e Interna.

O resultado de todas as subcomissões apontou impressionantes ilegalidades e ilegitimidades verificadas em processos que sempre beneficiaram ao setor financeiro privado e às grandes corporações e empresas privadas, em detrimento do Estado equatoriano e de seu povo, carente de tantos serviços públicos e de condições de vida digna, apesar das riquezas nacionais, como o petróleo. A sangria provocada pela dívida não permitiu que esses recursos servissem ao povo equatoriano.

P: Em que subcomissão você trabalhou e quais os aspectos mais relevantes do trabalho?

R: Tive a oportunidade de contribuir com os trabalhos da subcomissão de dívida comercial, que foi coordenada pelo professor Hugo Arias Palacios e integrada por um grupo de auditores e auxiliares equatorianos de grande capacidade técnica, especialmente a auditora Miriam Ayala. Conte também com o apoio de membros da Auditoria Cidadã da Dívida do Brasil, principalmente do economista Rodrigo Ávila.

Foram poucos meses para auditar 30 anos de dívida pública a partir de árdua busca de documentos em arquivos do Banco Central, Ministério de Finanças, Procuradoria Geral do Estado, Controladoria, Congresso Nacional, entre outros. Deparamos-nos com imensas quantidades de informações em arquivos antigos e nem sempre bem ordenados, documentos



em idiomas diversos, extremamente extensos, além da complexidade da contabilidade dos órgãos públicos que deveriam registrar as operações.

Um dos aspectos mais relevantes que a auditoria revelou, no caso da dívida comercial equatoriana, foi que o país sequer recebeu recursos, pois as sucessivas renegociações realizadas a partir de 1983 se deram no exterior diretamente, entre a banca privada internacional, sem ingressos de recursos no Equador.

Provamos também que a cada renegociação eram impostas condições cada vez mais onerosas representadas pela cobrança de comissões diversas e taxas de juros elevadas, sem se levar em conta o valor de mercado da dívida. Na última grande troca de títulos realizada no ano 2000, chegaram a ser negociados títulos pré-pagos que eram totalmente cobertos por garantias colaterais. E essa negociação era alardeada como um grande negócio para o país! Na verdade, a auditoria mostrou que foi um grande negócio para os bancos privados e para os rentistas.

Verificamos ainda que a negociação de 2000 não estava autorizada legalmente, pois o Decreto Executivo que autorizou a

operação foi editado um mês depois do anúncio da troca. O contrato denominado “Indenture” não era conhecido pelas autoridades equatorianas, tendo sido assinado somente pelo Consul em Nova York. Constatamos que embora todos os contratos da dívida externa comercial estivessem submetidos às leis de Nova York e Londres, os títulos Brady, Global e Eurobonos não haviam sido registrados na SEC – Securities and Exchange Commission dos EUA, equivalente à Comissão de Valores Mobiliários no Brasil – tendo sido negociados na Bolsa de Luxemburgo em operações equiparadas a negociações privadas.

O mais impressionante que apuramos foi a renúncia à prescrição da dívida comercial em 1992. De acordo com as leis de Nova York e Londres, decorridos seis anos de não pagamento de uma dívida, esta se encontraria prescrita, isto é, anulada. Os bancos privados internacionais não impetraram nenhuma ação para receber essa dívida no prazo legal, provavelmente porque não possuíam prova da entrega dos recursos ao Equador. Absurdamente, as próprias autoridades equatorianas da época assinaram um ato unilateral denominado “Tolling Agreement”, abrindo mão de direitos indisponíveis, como renúncia ao direito de prescrição da dívida; ao direito de empreender qualquer ação em qualquer tribunal contra o convenio; aos direitos de imunidade soberana e renúncia ao foro equatoriano e ao seu domicílio no Equador. Ou seja, um ato nulo, sob todos os aspectos.

P: Foi por isso que o Presidente Rafael Correa suspendeu o pagamento dos juros dos Bonos Global?

R: Exatamente. A suspensão do cupom de juros dos Bonos Global que venceu no mês de novembro/2008 se fundamentou nos resultados contidos em nosso relatório de auditoria e respectiva documentação de respaldo. Esse relatório foi submetido às autoridades jurídicas do Equador: Secretaria Jurídica da Presidência da República, Controladoria Geral do Estado e Procuradoria Geral do Estado. A recomendação dessas instâncias, diante das inúmeras irregularidades apuradas, foi pela suspensão do pagamento. Além dessas instâncias, o presidente Rafael Correa contratou um escritório de advogados internacionais para assessorá-lo em sua decisão.

P: Qual foi a origem desse endividamento comercial, cuja face atual são os Bonos Global?

R: Essa pergunta é interessante, pois uma das constatações mais importantes de nossa subcomissão de dívida comercial foi que a história do endividamento comercial equatoriano é muito parecida com a do brasileiro e a dos demais países latino-americanos.

Em sua origem, a dívida externa comercial equatoriana começou a crescer a partir de 1976, durante a ditadura militar, com o sobre-endividamento de empresas estatais – de petróleo, energia elétrica, telefonia, mineração, etc - e devido às elevadas emissões de papéis denominados “pagarés”, identificados como créditos externos “sui generis”, pois não cumpriam com formalidades essenciais. Durante os trabalhos de auditoria não se comprovou o ingresso desses recursos no Equador.

A partir de 1978, já se iniciaram as primeiras renegociações que na realidade significaram recorrentes pré-pagamentos dessas dívidas diretamente no exterior, sendo que muitas delas sequer se encontravam vencidas. Houve também processos de conversão de dívidas do setor privado em dívidas do Estado, em processos que privilegiaram determinados setores privados internos, geraram lucros absurdos aos bancos privados internacionais e danos incalculáveis à economia do Equador.

Um dos momentos críticos foi a renegociação de 1983, em plena crise financeira provocada pela alta unilateral das taxas de juros internacionais pelo Federal Reserve Bank dos EUA, quando o Equador foi forçado, pelo Comitê de Gestão dos bancos privados, apoiado pelo FMI e também pelo Clube de Paris, a assumir novo empréstimo externo correspondente ao valor nominal de dívidas do setor público e também do setor privado equatoriano, que foram integralmente pagas diretamente no exterior. Ou seja, a totalidade dos recursos desse novo empréstimo nunca ingressou no Equador, pois no exterior mesmo foi destinado ao pagamento das dívidas de terceiros. O Banco Central do Equador contabilizou a dívida em seu Passivo e para equilibrar seu Balanço Contábil, foi orientado pelo Comitê de Gestão a criar um artifício contábil denominado “Mecanismo complementar” que também identificamos durante os trabalhos de auditoria.

Enfim, sobre a base estatística do Banco Central do Equador verificamos que a dívida contratada com os bancos privados internacionais não significou qualquer benefício ao país, pois representou, nos trin-

ta anos analisados, uma transferência líquida de US\$ 7,13 bilhões em favor dos bancos internacionais, cifra muito significativa para o tamanho da economia equatoriana, 20 vezes menor que a brasileira.

A alta das taxas de juros internacionais pelo Federal Reserve a partir do final dos anos 70, que pode ser considerada ilegal perante o Direito Internacional, provocou a explosão da dívida externa equatoriana. A auditoria mostrou que, caso as taxas não tivessem sido aumentadas, os recursos pagos pelo Equador teriam sido suficientes para quitar toda a dívida em 1995, sendo que os valores pagos a mais dariam ao país um crédito maior do que a dívida atual.

Além de não ter recebido recursos dessa dívida contratada com os bancos privados, várias dívidas multilaterais e bilaterais foram contraídas, por exemplo, para a compra de garantias colaterais por ocasião da emissão dos Bonos Brady em fevereiro de 1995, e depois essas garantias não serviram para nada. Também descobrimos que tais garantias foram parar numa conta bancária na instituição Salomon Smith Barney, do grupo Citicorp, em Nova York, que sequer foi contabilizada pelo Banco Central ou pelo Ministério de Finanças do Equador. Uma infâmia contra o povo equatoriano que tem arcado com o peso dessas dívidas ao longo de décadas.

A dívida externa comercial equatoriana atual é fruto de sucessivas conversões equivocadas de uma mesma dívida que foi crescendo em função da alta de juros internacionais, assunção de dívidas pelo Estado, por seu valor nominal integral, inclusive dívidas privadas, processo que no Equador se denominou “*Sucretización*”.

P: Diante de tantas semelhanças, os demais países também deveriam organizar comissões para realizar auditorias?

R: Isso seria o ideal e representaria a verdadeira independência da América latina, até hoje colonizada pelo capital financeiro, que se utiliza dos mecanismos do processo de endividamento para sugar nossas riquezas e travar o desenvolvimento do nosso continente.

Várias iniciativas estão se conformando a partir do primeiro passo dado pelo presidente Rafael Correa: o Paraguai já está realizando uma investigação oficial sobre sua dívida externa, e na última reunião da ALBA (Alternativa Bolivariana para os Povos da América), em novembro de 2008, Venezuela e Bolívia também anunciaram a intenção de fazer a auditoria integral de suas dívidas. Em 8 de dezembro de 2008, a Câmara dos Deputados aprovou a criação de uma CPI da Dívida Brasileira.

Outras iniciativas pontuais se verificaram na Argentina, com o Caso Olmos, que resultou em sentença judicial condenatória da dívida externa argentina, e no Peru, onde importantes investigações foram realizadas no âmbito do parlamento daquele país, tendo sido comprovadas sérias irregularidades e casos de corrupção.

O ideal seria a realização conjunta de auditorias integrais por todos os países, a exemplo da realizada no Equador, para que a América Latina possa inclusive se organizar como um bloco para uma tomada de decisão conjunta frente a esse problema, que é comum a todos. O momento é mais que propício, pois justamente o setor financeiro privado que se

beneficiou do processo de endividamento histórico está agora, no atual cenário de crise financeira, novamente sangrando as nações e exigindo transferência de recursos públicos para suas instituições privadas. No Brasil, por exemplo, o Banco Central já está enfrentando dificuldades para a rolagem da dívida, pois as instituições financeiras estão exigindo prazos cada vez mais curtos e juros cada vez maiores. Em novembro o BC chegou a ofertar títulos a taxas de juros de 18,5% ao ano! Só uma auditoria poderia jogar luz sobre esse processo e revelar a verdade.

P: Quais as possibilidades de êxito dessa CPI da Dívida? Não há risco de que acabe em pizza, como tantas outras CPI?

R: Risco sempre existe; tudo dependerá da responsabilidade dos atuais parlamentares no cumprimento de seu mandato e também do envolvimento da cidadania, da cobrança da sociedade. Para se chegar até aqui já houve muita luta; essa CPI não caiu do céu. Há oito anos o movimento da Auditoria Cidadã da Dívida (www.divida-auditoriacidada.org.br) vem pressionando pelo cumprimento da Constituição Federal de 1988, que determinou a realização de uma auditoria da dívida externa brasileira.

A CPI criada no dia 8 de dezembro de 2008 pela Câmara dos Deputados ainda não significa o cumprimento do dispositivo constitucional, mas representa um passo importante, pois a mesma é “destinada a investigar a dívida pública da União, Estados e Municípios, o pagamento de juros da mesma, os beneficiários destes pagamentos e o seu monumental impacto nas políticas sociais e no desenvolvimento sustentável do

País”. Essa CPI foi proposta pelo Deputado Federal Ivan Valente (PSOL/SP), que já havia recolhido as assinaturas necessárias (um terço dos deputados).

Durante a realização do Seminário Internacional “Auditoria da Dívida na América Latina” realizado em Brasília em novembro de 2008 estivemos em audiência com o presidente da Câmara, deputado Arlindo Chinaglia, juntamente com uma delegação da Comissão para a Auditoria Integral da Dívida do Equador (CAIC), e reivindicamos a instalação da CPI da Dívida.

Estaremos vigilantes para que no início do ano legislativo os líderes dos partidos indiquem seus representantes na CPI. De acordo com a Constituição Federal (art. 58, § 3º), as comissões parlamentares de inquérito possuem poderes de investigação próprios das au-

toridades judiciais, sendo que suas conclusões serão encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

No Brasil, os gastos com a dívida representam a maior parte do Orçamento Geral da União, tendo consumido nada menos que 46% de todos os gastos federais em 2008 (considerando os valores pagos até 28/12/2008). Mesmo quando retiramos deste cálculo os gastos referentes ao refinanciamento da dívida (ou seja, a “rolagem”, que significa o pagamento de amortizações por meio da emissão de mais títulos), os gastos com o endividamento ainda chegam a 27% do Orçamento Geral da União, consumindo bem mais recursos que áreas sociais fundamentais, como Saúde (que recebeu apenas 5%), Educação (3%) e Reforma Agrária (0,28%).

Portanto, é urgente a realização de uma auditoria para determinar quem se beneficiou desse processo que está custando tão caro ao povo brasileiro.

P: Porque você foi designada pelo Presidente Rafael Correa para fazer parte da Comissão de Auditoria?

R: Por meio do Decreto 472, que criou a Comissão de Auditoria, o Presidente do Equador designou representantes dos órgãos oficiais equatorianos, 12 cidadãos equatorianos e seis estrangeiros para integrar a Comissão. Todos

os seis estrangeiros pertenciam a entidades que investigam o processo de endividamento público. Creio que no meu caso essa designação decorreu de minha participação na Auditoria Cidadã da Dívida desde 2000, cujos trabalhos têm sido divulgados internacionalmente. Participei de eventos no Equador, em Guayaquil em 2002 e em Quito em 2006, quando foi criada uma comissão preliminar de investigação, a CEIDEX. Já tive oportunidade de falar sobre a auditoria da dívida na ONU e por ocasião de cada Fórum Social Mundial. Até nas Filipinas já existe um movimento cidadão de auditoria da dívida que utiliza procedimentos semelhantes ao do nosso movimento cidadão. A auditoria tem se revelado como um instrumento importante, pois permite que passemos do discurso para ações concretas tanto na esfera política como judicial, fundamentados em provas e documentos, como está agindo o Equador.

P: Por falar em ações judiciais, o Equador está realizando uma demanda internacional contra o Brasil, devido a problemas no funcionamento de usina construída naquele país pela Odebrecht?

R: Essa investigação foi objeto da subcomissão de dívida bilateral e, como já disse, trabalhei na subcomissão de dívida comercial.

Com relação a esse fato, é interessante resgatar trecho de matéria publicada pelo jornal Folha de SP na qual a Ministra Dilma Rousseff repete afirmação do Presidente Lula de que o BNDES não fez empréstimo ao Equador: “O presidente [Luiz Inácio Lula da Silva] já disse que o BNDES não tem relação com o Equador; ele [o banco] não emprestou o dinheiro para o Equador, mas para a em-

presa. Não vamos complicar mais a situação”, afirmou a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, no fim do mês passado.” (http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL869848-9356,00.html).

Esta mesma afirmação da ministra foi publicada também pela BBC-Brasil: “Quem deve a quem é motivo de dúvida também em Brasília. A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, chegou a afirmar que a dívida era da construtora responsável pela obra e não do Equador.” (http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/10/081015_equador_bndes_cj_cq.shtml)

Conforme amplamente divulgado pela imprensa equatoriana, a obra questionada custou mais que o dobro do previsto e a usina hidroelétrica funcionou poucos meses e parou, tendo apresentado sérios problemas técnicos e ambientais.

Matéria irresponsável veiculada pelo jornal “O Globo” dá uma versão totalmente distorcida dos fatos, vinculando a realização da auditoria à preparação de calote que nunca existiu, pois embora não tenha recebido os recursos e esteja efetivamente enfrentando uma disputa comercial em corte internacional, o governo do Equador efetuou o pagamento da parcela vencida em dezembro/2008, de US\$ 28,1 milhões ao BNDES.

Na verdade, a auditoria da dívida equatoriana se revelou uma importante ferramenta, resultado de trabalho técnico, sério e responsável, que está permitindo o resgate da soberania e a tomada de decisões conscientes, exemplo que deve ser seguido por todos os demais países. ☺



Ações dos novos prefeitos nas áreas de educação elementar e saúde

Empossados no início deste mês, os prefeitos dos municípios do Estado do Rio de Janeiro enfrentam, entre outros problemas, o caos nos sistemas públicos de educação elementar e saúde, que tanto vitimizam os cidadãos que não podem pagar escolas e planos particulares. O **JE** entrevistou com exclusividade os prefeitos das quatro maiores cidades do Estado sobre a política para os dois setores. Nesta edição, publicamos as respostas do Prefeito José Camilo Zito (PSDB), novamente à frente da prefeitura de Duque de Caxias, e da Prefeita Aparecida Panisset (PDT), reeleita para o executivo municipal de São Gonçalo.

É patente a degradação da qualidade do ensino no país. Como o senhor pretende enfrentar essa questão no âmbito de suas responsabilidades, o segmento correspondente ao chamado Ensino Fundamental?



Zito: A educação em Duque de Caxias será referência nacional. Vamos investir pesado no setor e dar ao jovem o alicerce que ele tanto precisa para crescer e se desenvolver. Em oito anos à frente da Prefeitura, passei de 30 mil para 100 mil o número de alunos

matriculados na rede. Foram 70 mil novas vagas criadas e mais de 30 escolas construídas na cidade. Vamos implantar o horário integral em Caxias, como sonhava Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, em todos os Cieps municipalizados, do primeiro ao quarto distrito. Os alunos vão entrar pela manhã e sair à noite e terão direito a aula de inglês, espanhol, reforço escolar, atividades culturais, lazer e quatro refeições por dia. A merenda de qualidade voltará a ser servida em todas as escolas. Uma equipe de nutricionistas ficará responsável em preparar as refeições necessárias para nossas crianças, contribuindo para o seu crescimento e desenvolvimento escolar. O uniforme e o material escolar também serão distribuídos pela Prefeitura, de forma regular, dando ao aluno todo o suporte para o seu aprendizado.

Aparecida Panisset: A Secretaria Municipal de Educação fará grandes investimentos nos próximos quatro anos, como a exemplo do nosso primeiro mandato, quando a rede de escolas cresceu 27 unidades, índice nunca antes observado em um período tão curto de tempo. Serão inauguradas escolas e reformadas algumas já existentes, a partir do primeiro ano da nova gestão. A Secretaria receberá ainda unidades estaduais que serão municipalizadas.

No ano passado foi dado o primeiro passo para a implantação da Educação Integral, principal meta da Secretaria, com a inauguração da Escola Municipal Pastor Haroldo Gomes, modelo a ser seguido pelas novas unidades que serão construídas.

A rede municipal de ensino atende mais de 55 mil alunos da creche ao 9º Ano do Ensino Fundamental, sendo composta por mais de 3,3 mil professores e 96 escolas. O último concurso público realizado ainda é válido e, com o crescimento da rede, profissionais serão convocados no futuro.

Também foram atendidos, em 2008, mil alunos do ProJovem, programa desenvolvido em parceria com o Governo Federal que acolhe jovens de 18 a 29 anos afastados da escola para que concluam o Ensino Fundamental e recebam capacitação profissional inicial. Estão sendo oferecidas 3 mil vagas para o projeto em 2009.

Como o senhor pretende enfrentar a demanda por concursos públicos para os diversos cargos pertinentes à área da saúde, buscando o fortalecimento da profissionalização adequada dos serviços médicos e de saúde?

Zito: No primeiro momento, haverá a necessidade de fazer um diagnóstico de como se encontra o setor, em ternos de profissionais em atividades ou cedidos a outros órgãos. Só depois dessa análise é que vamos ter uma idéia se há carência ou não de mão-de-obra. Constatando a necessidade, o processo seletivo será usado para o preenchimento das vagas e a melhoria do atendimento em Duque de Caxias.

Aparecida Panisset: A Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo tem a incumbência de resolver as necessidades funcio-



nais da saúde municipal através de concursos públicos fazendo todo o esforço possível para adequar os salários do funcionalismo dentro das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), mas sempre valorizando ao máximo o profissional da saúde. Estamos, ainda, capacitando o setor de Gestão com pessoas que possam exercer uma ação maior na capacitação do profissional de saúde na humanização do atendimento, que é prerrogativa do atual governo.

Uma análise está em trâmite para que possamos fazer uma opção daqueles profissionais que já são concursados para estenderem a sua carga horária com ajuste no salário em tela para que possamos aumentar ainda mais a nossa capacidade de assistência de saúde à população municipal.

Toda a rede de assistência passará por processo de atualização durante os anos de 2009 e 2010 com cursos programados para a atenção da população.

Estamos em processo de desprecarização do vínculo trabalhista dos agentes da comunidade, o que trará grandes melhorias aos mesmos com todos os benefícios dos profissionais garantidos pela CLT. 

Sonho
realizado em
1 minuto?

Crédito minuto

 **Banrisul**
www.banrisul.com.br

O Legislativo Estadual é autônomo e independente?



■ Thiago Marques*

Presenciamos o vigor dos preceitos constitucionais com a comemoração dos vinte anos da atual Constituição brasileira, uma data que deve ser sempre lembrada visto a representatividade democrática presente nela.

Considerada uma das pedras angulares do exercício do poder democrático a separação dos poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário - remonta à Antiguidade. Mais do que a separação entre os poderes a independência entre eles também é garantida na Constituição brasileira, pois, “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário (Art.2)”. A harmonia estabelece que o poder executivo não governe sozinho.

O objetivo desse artigo é incitar a discussão de como é atualmente a sinergia entre os poderes, especificamente executivo e legislativo, no Estado do Rio de Janeiro no rol das prerrogativas parlamentares. O papel das instituições em especial dos partidos políticos no parlamento estabelece o canal mais visível de

converter as demandas difusas da sociedade em projetos políticos específicos.

Algumas indagações são importantes para o debate e discernimento dessa dinâmica, como: Que independência é essa? Qual é a implicância frente às políticas públicas? Qual o comportamento do legislativo quando este é formado por sua maioria pela base do governo? Qual é o grau de transparência das ações de ambos?

Anualmente os parlamentares apreciam a proposta de Lei Orçamentária com proposições que visam modificar a lei tanto em valores como em metas físicas. Na proposta do orçamento para 2008, foram incluídas 353 emendas de despesas. Incorporadas estas emendas à LOA - Lei Orçamentária Anual - veja na tabela 1 o acompanhamento em comparação ao total orçado para 2008.

Apesar da dotação total das emendas representarem apenas 0,27% da LOA, o que chama atenção é o irrelevante grau de liquidação, apenas 0,0002%. Os números demonstram o tratamento desigual com a maioria dos parlamentares, visto que o pequeno valor liquidado indica que apenas um pequeno grupo de parlamentares tiveram parte de suas emendas executadas.

A análise feita da produção legislativa não visa entrar no mérito do projeto *x* ou *y*, mas quantificar vis-à-vis os projetos sancionados pelo executivo. Entender qual a posição ao longo da dimensão decisão política em comparação da dimensão proposição de política é fundamental para estabelecer a dinâmica entre os poderes.

Tabela 1

Em R\$ 1,00

Emendas 2008	Valor Total	Liquidado *	% Liq
353	107.121.400	64.795	0,06%
Orçamento 2008	39.879.143.430	28.472.523.474	71%
Orçamento / Emendas	0,27%	0,0002%	

*Valores até 01 de outubro de 2008

Na tabela 2 a observação feita apenas dos Projetos de Leis Ordinária corrobora a sobreposição do Executivo frente os demais poderes.

Em média 80% dos projetos propostos pelo executivo viram lei ao passo que apenas 22% das demais são sancionadas. Cabe destacar que muitos projetos aprovados pelo legislativo são vetados ou ainda não foram sancionados, por isso a análise concentrou-se na sanção das Leis e não simplesmente na aprovação.

Contudo observa-se a baixa incidência do poder legislativo na efetivação das políticas públicas. A sinergia entre o Poder Executivo e Legislativo obedece corriqueiramente

uma lógica centralizada, sem contestações e pouco transparente, sendo oposta ao conceito de regimes inclusivos e amplamente aberta à contestação pública. Características de uma democracia delegativa, ou seja, cuja prática do poder executivo de fazer o que lhe achar conveniente, sendo hostil às normas de representação sobre o controle horizontal das atividades dos representantes (*horizontal accountability*), permeiam no Estado do Rio de Janeiro e estabelecem até certo ponto a perda de autonomia dos demais órgãos e por consequência a despolitização da população. ☞

* Thiago Marques é economista e consultor do Fórum Popular do Orçamento-RJ

Tabela 2

	2005	Apresentados	Sancionados	%
Executivo	49		43	88%
Demais Poderes	808		169	21%
Total PLs	857		212	25%
	2006	Apresentados	Sancionados	%
Executivo	50		38	76%
Demais Poderes	653		241	37%
Total PLs	703		279	40%
	2007	Apresentados	Sancionados	%
Executivo	42		35	83%
Demais Poderes	1198		138	12%
Total PLs	1240		173	14%
	2008*	Apresentados	Sancionados	%
Executivo	33		26	79%
Demais Poderes	522		98	19%
Total PLs	555		124	22%

O fim da picada?

Como determinado pela Constituição de 88, no Brasil, o acesso digno a saúde é um direito de todos e deve ser garantido pelo Estado. São muitos os problemas que constantemente são questionados pela população: superlotação, a falta de vagas, a falta de médicos e enfermeiros entre outros. Nesta época do ano, os cidadãos fluminenses também são vítimas das temidas picadas do Aedes Aegypt, cuja proliferação não se consegue debelar.

Desta forma, o presente estudo pretende analisar como os governos do Município e Estado do Rio de Janeiro e o município de Niterói estão gerindo suas contas em prol da saúde. Buscando fazer um comparativo da situação da saúde nesses entes, realizamos um cálculo da Função Saúde per capita. Considerando o total gasto por todos os municípios do país e dividindo-o pela população brasileira, obtém-se um gasto aproximado de R\$220 por pessoa, por ano. Já no município do Rio, o valor é cerca de R\$266, enquanto no município de Niterói esse gasto per capita chega a R\$400 reais e o Estado somente R\$163,46 reais.

Estado

A Função Saúde no Estado abrange várias secretarias, en-

tretanto mais de 90% dos recursos estão alocados na Secretaria Estadual de Saúde através do Fundo Estadual de Saúde.

O baixo valor *per capita* estadual é um item que deve ser questionado, pois os recursos gastos para a Função Saúde do estado são relativamente mais próximos dos valores do município carioca, 56% a mais (R\$2,8 bilhões e R\$1,8 bilhões respectivamente) do que da diferença entre os orçamentos totais do estado e do município, R\$46,7 bilhões e R\$12,8 respectivamente, mais de três vezes.

Para 2009 esta prevista a dotação de R\$3,3 bilhões, um aumento de 18% em relação a 2008. Na composição dos recursos para a função estão previstos a contrapartida do Sistema Único de Saúde, R\$726 milhões, um acréscimo de 35%.

As despesas são distribuídas por elemento de despesas sendo:

- R\$1,2 bilhão para Pessoal;
- R\$1,8 bilhão para Custeio;
- R\$172,7 milhões para Investimento; e
- R\$87,4 milhões para Dívida.

O alto valor dos Custeios representa o grande problema das terceirizações (despesas com Pessoas Jurídicas), característica marcante na Secretaria Estadual de Saúde. Já os Investimentos têm como destaque a construção das Unidades de Pronto Atendimento 24 horas – previsão de 10 unidades ao custo unitário de R\$2,1 milhões.

Sobre os R\$87,4 milhões para Dívida a explicação fica por conta da Lei 4.167 de 2003, que autoriza as despesas como cheque cidadão, Farmácia Popular e contratos de financiamento (Programa de Despoluição da Baía de Guanabara) serem contabilizadas na saúde e, com isso alcançar o limite constitucional da emenda 29.

Município do Rio de Janeiro

No caso do Rio, um estudo da Função Saúde implica analisar a Secretária Municipal de Saúde (SMS), uma vez que todos os programas de saúde estão localizados nessa secretária.

A análise do histórico dos gastos totais com saúde, bem como das receitas do SUS, fica prejudicada devido à intervenção da União na saúde do Município em 2005 e 2006, já evidenciada na edição de janeiro de 2008 do Jornal dos Economistas.

Um dos fatores que chama atenção são os investimentos

realizados pela SMS. A tabela 1 demonstra a participação destes no total de investimentos realizados pelo Município (previstos e liquidados).

Em 2006, a menor participação prevista deve-se a tal intervenção da União. No entanto, a previsão para esse ano é ainda mais alarmante. Somente cerca de R\$25 milhões estão previstos em investimentos para a SMS.

Durante a campanha o atual prefeito-eleito focou na construção de Unidades de Pronto Atendimento (UPA) a sua principal ação no âmbito da saúde. No entanto, com este baixíssimo nível de investimentos, a aplicação de recursos para conseguir cumprir tal promessa fica prejudicada, agravada pelo fato de que possivelmente parte dos recursos já está comprometida com outras obras já iniciadas.

O fantasma da Dengue

É conhecido que o melhor método de combate à doença é evitar a proliferação do inseto transmissor: o Aedes Aegypt. Infelizmente somente a participação da população não basta para solucionar o problema. É necessária a efetiva participação dos prefeitos no combate à dengue. A situação do Rio é considerada a mais grave. O número de casos da doença aumentou de 26 mil casos em 2007 para 124 mil casos em 2008.

Contudo, os gastos de combate à dengue na cidade do Rio são obscuros. O Programa de Trabalho, sob a rubrica “Ações de Epidemiologia e controle da dengue e outros agravos”, existe somente até o exercício de 2005

Tabela 1

Investimentos na SMS sobre o Total de Investimentos do MRJ		
ANO	Previsto	Liquidado
2004	18,02%	6,93%
2005	13,05%	4,15%
2006	6,91%	3,38%
2007	10,51%	3,04%
2008*	8,06%	5,43%
2009**	3,40%	n.d.

Tabela 2

Ano	R\$ mil	
	Gastos da Prefeitura MRJ	Transferências FNS
2005	10.658	19.719
2006	16.633	18.632
2007	13.530	23.104
2008*	16.165	24.513
2009**	28.013	25.640

Fonte: PC 2005 a 2007, sistema Fincon e PLOA 2009.

* Valores liquidados até o dia 16/12/2008

** Valores previstos

com cerca de 10 milhões de reais liquidados nesse ano.

Para os anos posteriores, essa rubrica é extinta. Surgem dois programas ligados a essa questão com os objetivos abaixo discriminados:

Desenvolver ações de vigilância ambiental e saúde do trabalhador, análise da situação de saúde e vigilância de doenças e agravos não transmissíveis;

Coordenar e operar ações que visam diminuir ou prevenir riscos de saúde e intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse à saúde;

Sendo assim, esses são os programas que a prefeitura utiliza para efetuar as despesas com epidemiologia. Contudo não são exclusivos e não se sabe exatamente qual a parcela de recursos desses programas destinam-se à prevenção e tratamento da dengue.

Outro fato ainda mais alarmante é ressaltado quando realizamos a comparação dos valores transferidos pelo Teto Financeiro do Fundo Nacional de Saúde para incentivos a ações de controle de epidemiologias relativa à dengue e outras doenças – mais especificamente, ações básicas de investigação epidemiológica e ambiental, de diagnósticos de risco, ações de controle, eliminação e erradica-

ção de agentes de agravos e danos à saúde individual e coletiva das populações.

A comparação das receitas supracitadas, com os gastos com epidemiologia já discriminados é demonstrada na tabela 2.

Como pode ser observado em todos os anos, o valor liquidado pelo município está abaixo do que é transferido pelo FNS. Fato causado pelo baixo percentual de liquidação dos programas (em média 73%) e que evidencia que a prefeitura do Rio não gastou com epidemiologia ou com a dengue nem mesmo o mínimo transferido do teto financeiro do FNS.

Ressalta-se que esta informação é baseada nos estudos dos programas de trabalho, nos quais deve estar contido o planejamento de cada ação. Dessa forma, se as ações com epidemiologia estão sendo executadas por outros PTs que não demonstrem esse objetivo, a informação que a sociedade vem recebendo fica ainda mais imprecisa.

Para 2009, a previsão de despesas está acima das transferências, contudo a sociedade precisa cobrar para que a execução dessas despesas seja efetiva.

As ações de combate ao mosquito da dengue pelo Estado no orçamento são caracterizadas de forma indireta, ou seja, não existe um programa específico para o assunto. A identi-

cação fica restrita ao programa “Promoção e Vigilância em Saúde”, ramificado em três programas de trabalho com a finalidade de:

“promover a saúde através da detecção do conhecimento das mudanças nos fatores determinantes e condicionantes da saúde e meio ambiente, visando a recomendar e adotar medidas de prevenção e controle das doenças e agravos e proteger a saúde da população, através de um conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde”

Os programas de trabalho são:

- Ações do Laboratório Central Noel Nutels;
- Vigilância Sanitária; e
- Vigilância Epidemiológica e Ambiental.

Em 2008 foram destinados inicialmente R\$45,7 milhões, um valor inferior comparado a 2007 (R\$61,2 milhões), com um grau de liquidação de apenas 49%.

Comparando os gastos de combate à dengue com os de serviços de comunicação do Estado, os valores são curiosos.

No ano passado o Programa de Trabalho “Serviços de Comunicação e Divulgação” tinha como dotação inicial aproximadamente R\$23 milhões, porém no decorrer do ano foram acrescidos 109% e liquidados R\$48 milhões (em 2007 foram acrescidos 300% nesta rubrica), isso representa um gasto 117% maior do que com o programa “Promoção e Vigilância em Saúde”. Se pelo menos esses va-

lores tivessem sido aplicados para a propaganda de combate ao Aedes Aegypti a prevenção teria aumentado.

Município de Niterói

A indisponibilidade de dados orçamentárias aprofundados no município de Niterói dificulta a realização de uma análise mais específica, como, por exemplo, no tocante ao combate ao mosquito transmissor da dengue. Por isso, o nosso estudo está restrito a um acompanhamento das funções e subfunções – níveis orçamentários mais abrangentes.

A função saúde corresponde, em média desde 2005, a 26% do total de despesas executadas. Em 2008, apesar de uma redução na previsão do peso desta função (22,78%), até outubro já haviam sido gastos quase 29% das despesas liquidadas até então, representando quase 90% dos gastos previstos com esta.

Para o exercício de 2009, a previsão é ainda menor que a de 2008. No entanto, como isso não significa uma menor execução de gastos e como historicamente Niterói subestima suas despesas, logo espera-se que o novo prefeito execute uma maior parcela de seus recursos com a saúde.

Niterói foi um dos poucos municípios do Estado a reduzir os casos de dengue passando de 7 mil casos em 2007 para 6 mil casos em 2008. O que parece ser evidenciado pelo orçamento, é que o gasto – possivelmente na prevenção – relativamente elevado em saúde trás resultados positivos em benefício da população. 

As matérias aqui publicadas são de responsabilidade do Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro através da equipe de apoio do CORECON-RJ e de consultores.

Coordenação: Cons. Ruth Espinola Soriano de Mello, Cons. Luiz Mario Behnken e Econ. Bruno Lopes. Assistentes do FPO-RJ/Corecon-RJ:

Estudantes de Economia: Camila Ferreira, Fernanda Stiebler e João Paulo de Oliveira. Consultora: Econ. Thiago Marques, assessor do Deputado Estadual Marcelo Freixo - PSOL.

Correio eletrônico: fporiodejaneiro@gmail.com. O FPO promove reuniões mensais para apresentação de seus estudos, no auditório do Corecon-RJ.

O assunto e a data podem ser confirmados em nosso portal: www.fporj.blogspot.com.br

Inscrição para Prêmio de Jornalismo Econômico termina em 30 de janeiro

Os jornalistas interessados em concorrer ao V Prêmio Corecon-RJ de Jornalismo Econômico 2008 devem fazer suas inscrições até 30 de janeiro. O Conselho vai premiar reportagens publicadas no ano passado, em jornais ou revistas de grande circulação com sede no Estado do Rio de Janeiro, sobre o tema “A Desnacionalização do Parque Produtivo: Quem Comanda as Empresas Brasileiras?”

O regulamento da premiação e a ficha de inscrição estão disponíveis no link http://www.corecon-rj.org.br/5_premio_corecon-rj_jornalismo.asp. Informações adicionais podem ser obtidas através do telefone 21-2103-0111 com a Sra. Márcia Ayres, no horário de 10h às 18h, de segunda a sexta-feira.

O primeiro colocado fará jus a um prêmio de R\$5 mil, enquanto o se-

gundo receberá R\$3 mil. A comissão de julgamento do prêmio, formada por dois economistas conselheiros do Corecon-RJ e um jornalista profissional, escolherá as reportagens vencedoras. A entrega dos prêmios acontecerá em março.

O objetivo principal do concurso é incentivar a produção de um jornalismo esclarecedor, que contribua para uma visão e compreensão críticas da realidade brasileira. 



Agenda de cursos

MATEMÁTICA FINANCEIRA: APLICAÇÕES

20 de janeiro a 19 de fevereiro, terças e quintas, de 18h30 às 21h15.

Profa.: Sílvia dos Reis Alcântara Duarte. 30 horas aula. O objetivo do curso é apresentar aplicações práticas da matemática financeira a casos reais envolvendo alguns produtos financeiros do mercado brasileiro. Será usada como ferramenta a calculadora financeira HP-12C.

ECONOMETRIA E ANÁLISES DE SÉRIES TEMPORAIS

2 de fevereiro a 8 de abril, segundas e quartas, de 18h45 às 21h30

Profa.: Márcia Marques de Carvalho. 54 horas aula. O objetivo deste curso é apresentar os principais métodos de análise e previsão de séries temporais, bem como os modelos econométricos básicos e suas aplicações na tomada de decisão e na previsão de dados futuros. O curso abrange os modelos de regressão linear simples e múltipla, além dos modelos log-log, log-lin e lin-log. Além da teoria, serão ajustados modelos com dados reais, utilizando o Excel. O público-alvo são os estudantes do final do curso de economia e também aos graduados de outras áreas que querem se aprimorar nesta ferramenta econométrica.

Informações e inscrições no site <http://www.economistas.org.br> e pelos telefones da Secretaria de Cursos: 2103-0119 e 2103-0118

Aprovados no exame da Anpec

Os alunos que participaram do curso preparatório para o exame da Anpec (Associação Nacional de Pós-graduação em Economia) no Corecon-RJ obtiveram alto índice de aprovação. Dos 20 estudantes que fizeram a prova em outubro de 2008, 16 foram aprovados e cursarão o mestrado nos centros filiados citados abaixo. Cleber Heim Rodrigues dos Santos e Fernanda Dutra da Rosa, alunos do curso de 2007, também foram selecionados no exame do ano passado. Parabéns aos professores e alunos!



Alessandra Araujo - UFF



Aziz Calzolaio - UFRGS



Daiane Rodrigues - UFES



Igor Veiga - UFF



Joilson Cabral - UFJF



Luiz Eduardo Pimentel - UFF



Diogo Machado - UFF



Fernando Golçalves - UERJ



Glaudiane Almeida - PUC-RGS



Alessandra Poça - UERJ



Alexandre Ribeiro - UFF



Andréia Boechat - UEM



Anna Carolina Meira - UFRGS



Cleber Heim Rodrigues - UERJ



Felipe da Silva Antunes - UERJ



Fernanda Dutra da Rosa - UFF



Marcus Ribeiro - IE-UFRJ



Priscila Gonçalves - UFF